

Fim da Conjugalidade na Transição para a Parentalidade: Adaptação Feminina ao Novo Arranjo Familiar

Mariana Reis Barcellos¹

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
RJ, Brasil.

Cristina Ribeiro Dantas¹

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
RJ, Brasil.

Terezinha Féres-Carneiro¹

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
RJ, Brasil.

Resumo: Este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre separação na transição para a parentalidade. Diante do crescente índice de pedidos de separação conjugal por mulheres, objetivamos investigar repercussões da dissolução conjugal para as mulheres, na transição para a parentalidade, em sua perspectiva. Como referencial teórico, utilizamos estudos psicanalíticos, sistêmicos e psicossociais. Realizamos 12 entrevistas com mulheres das camadas médias cariocas, entre 30 e 40 anos de idade, que se separaram há, no mínimo, dois anos, no período de zero a dois anos de idade do primeiro filho. Para a análise dos dados utilizamos o método de análise de conteúdo, na vertente categorial. Emergiram das narrativas três categorias de análise: *paternidade após a separação conjugal*; *adaptação ao novo arranjo familiar*; e *imaginário social sobre a mãe separada*. Os resultados indicaram que as mulheres souberam separar questões relativas à conjugalidade daquelas relativas à parentalidade, contribuindo para boa convivência do casal parental após a separação. Mostraram também que o conservadorismo, os preconceitos e o machismo podem ter prejudicado o período pós-separação das participantes e que possivelmente contribuíram para resistências delas mesmas a estabelecerem novos relacionamentos.

Palavras-chave: Conjugalidade, Transição para a parentalidade, Separação.

End of Conjuality in the Transition to Parenthood: Female Adaptation to the New Family Arrangement

Abstract: This study is part of a broader research on separation in the transition to parenthood. According to the growing rate of requests for marital separation from women, we aim to investigate the repercussions of marital dissolution on women in the transition to parenthood, in their perspective. As a theoretical reference, we used psychoanalytical, systemic, and psychosocial studies. We conducted 12 interviews with women from the middle class of the municipality of Rio de Janeiro, aged between 30 and 40 years, who had separated from their partners at least two years before and during the period their first child was zero to two years old. For data analysis, we used the method of content analysis, in the categorial aspect. Three categories of analysis emerged from the narratives: *paternity after marital separation*; *Adaptation to the new family arrangement*; and *social imaginary about the separate mother*. The results pointed out that women were able to separate issues related to conjuality from those related to parenting, contributing to the good relation of the parental couple after the separation. They also showed that conservatism, prejudice,

and sexism may have affected the post-separation period of the participants and may have contributed to their own resistance to establishing new relationships.

Keywords: Conjugalidade, Transição à paternidade, Separação.

Fin de la Conyugalidad en la Transición a la Paternidad: Adaptación Femenina al Nuevo Arreglo Familiar

Resumen: Este estudio parte de una investigación más amplia sobre la separación en la transición a la paternidad. En vista de la creciente tasa de solicitudes de separación matrimonial femenina, el objetivo de este artículo fue investigar las repercusiones de la disolución matrimonial para las mujeres en la transición a la paternidad, desde su perspectiva. Como referencia teórica, utilizamos estudios psicoanalíticos, sistémicos y psicosociales. Realizamos 12 entrevistas con mujeres de clase media de Río de Janeiro, de entre 30 y 40 años de edad que habían estado separadas durante al menos dos años, en el período de cero a dos años del primer hijo. Para el análisis de datos, utilizamos el método de análisis de contenido, en el aspecto categorial. De las narraciones surgieron tres categorías de análisis: *paternidad después de la separación conyugal*; *adaptación al nuevo arreglo familiar*; y *el imaginario social sobre la madre separada*. Los resultados indicaron que las mujeres lograron separar las cuestiones relacionadas con la conyugalidad de las relacionadas con la paternidad, contribuyendo a la buena convivencia de la pareja parental tras la separación. También mostraron que el conservadurismo, los prejuicios y el sexismo pueden haber afectado el período posterior a la separación de los participantes y haber contribuido a su propia resistencia a nuevas relaciones amorosas.

Palabras clave: Conyugalidad, Transición a la paternidad, Separación.

Mulheres e a separação conjugal na contemporaneidade

Diante das transformações no amor conjugal – com o declínio da intimidade, o individualismo exacerbado, a cobrança de felicidade plena e a sobrecarga no trabalho –, as insatisfações femininas perpetuam-se e chegam nos consultórios em múltiplas formas de sofrimento. Os divórcios e separações aumentam e têm nas esposas a majoritária iniciativa. Trataremos a seguir de aspectos do processo de separação e de algumas repercussões na família, sobretudo nas mulheres, encontradas na revisão de literatura sobre o tema.

Em um cenário em que vigoram valores individualistas, imediatistas e instáveis, o número de separações conjugais cresceu. Em uma realidade caracterizada por uma liberdade idealizada, na qual sentimentos de frustração, medo e dor encontram poucos canais de elaboração, os laços afetivos encontram-se também desvalorizados. A descartabilidade, a fluidez e a desconfiança nos

vínculos amorosos aparecem na clínica como forma de sofrimento psíquico na atualidade (Chaves, 2016). A idealização romântica das relações amorosas narradas nas histórias infantis parecem estar cada vez mais distantes das experiências adultas (Santos, 2013).

Embora o indivíduo seja constantemente permeado por forças dos micro e macrosistemas à sua volta, a decisão pela separação é fundamentada, sobretudo, na autonomia e na individualidade, visando à satisfação pessoal. Os cônjuges pautam, cada vez menos, a conduta de se separarem no temor pelas consequências às famílias e aos filhos (Vieira, Neumann, & Zordan, 2019). Para Badinter (2011), a maternidade e o casamento ameaçam os ideais ilusórios de liberdade e igualdade prometidos aos jovens.

Consoante com as tendências sociais individualistas, a psicanálise se ocupou em estudar o desenvolvimento infantil com base nas interações intrapsíquicas entre a mãe e seu filho. Zornig (2010) resgata a concepção freudiana sobre feminilidade e maternidade, segundo a qual ser mãe solucionaria a castração

feminina ao colocar o bebê no lugar do falo perdido. A posição feminina também é relacionada à relação pré-edípica entre a filha e a mãe. Segundo Castro (2016), a relação parental entre mulheres, ou seja, entre mãe e filha, tende a apresentar maior grau de estresse e situações conflituosas em relação à masculina.

Por vezes, os conflitos conjugais atingem padrões patológicos aos quais ruptura se apresenta como a melhor solução. Willi (1985) ressalta que a separação abre novas possibilidades de desenvolvimento individual diante de casamentos imaturos marcados por rivalidade, perda de autonomia, simbiose e luta pelo poder. Porém, assinala que existem casamentos que colaboram para a evolução mútua dos parceiros e salienta a importância de pesquisas que investiguem como as uniões funcionais influenciam positivamente as vidas dos cônjuges.

Os efeitos benéficos que a separação pode exercer na vida de todos os membros da família são enfatizados por Féres-Carneiro (1998). Quando a auto-destruição e a destruição do outro são a moeda de troca para a manutenção do casamento, terminá-lo pode ser a melhor saída. A autora ressalta ainda que homens e mulheres vivenciam o rompimento conjugal de modos diferentes, considerando que a concepção de casamento deles corresponde à formação de família e, a delas, à relação amorosa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), a taxa de nupcialidade mantém-se estável desde 2006, apresentando variações pouco significativas. Em contrapartida, a taxa de divórcios tem aumentado a cada ano. No Brasil, o divórcio e a consequente possibilidade do recasamento obtiveram regulamentação jurídica em 1977, oficializando assim novas configurações de família. As posteriores transformações de 2008 e 2010, a Lei n. 1.441 de 04/01/2007 e a Emenda Constitucional n. 66 de 13/07/2010, respectivamente, simplificaram e facilitaram o divórcio, colaborando para sua maior ocorrência.

Depois do divórcio, embora a predominância da responsabilidade materna sobre os filhos tenha reduzido de 85,1% para 65,4% dos casos, ainda são as mulheres que exercem mais tempo de cuidado com a prole (IBGE, 2018). Considerando as características relativas às diferentes camadas sociais, as mulheres que mantêm a custódia da prole continuam cuidando de suas próprias vidas, das vidas de seus filhos e muitas vezes de sua profissão, tudo isso em meio às transformações sociais e emocionais desse processo. Na visão

de Pereira e Leitão (2020), apesar das conquistas sociais femininas, algumas mulheres não estão preparadas para lidar com o aspecto financeiro pós-separação, motivo pelo qual enfrentam dificuldades para se sustentarem e aos filhos.

A separação, contudo, não é o mesmo que o término da unidade familiar, pois o casal conjugal deixa de existir, mas o casal parental permanece existindo. Segundo Schneebeli e Menandro (2015), no exercício da guarda compartilhada a coparentalidade é preservada e as vivências de ser pai e ser mãe devem ser mantidas. As autoras ressaltam que essa modalidade resguarda os interesses e o bem-estar emocional dos filhos.

Para além das perdas financeiras e sociais, perder a convivência com o cônjuge, a intimidade e a sexualidade, implica em um processo de luto que envolve o trabalho de organização de um excesso libidinal sem objeto (Martínez & Matioli, 2012). Para as autoras, o afeto precisa ser reinvestido em novos objetos para que não recaia de forma destrutiva sobre os filhos, sobre o ex-parceiro ou sobre o próprio sujeito.

Santos (2013) pontua que a fase de luto pela separação conjugal com filhos pequenos envolve a elaboração da perda da família idealizada, o reajuste do parentesco entre as famílias do casal parental e a readaptação às vidas separadas. Segundo o autor, os impactos emocionais sobre todos os membros da família são amenizados somente após cessarem culpas pelo término, sentimentos de raiva, fantasias de reunião e serem anunciados novos projetos e expectativas para o futuro.

Silva, Chapadeiro e Assumpção (2019) indicam que, após o período médio de dois anos depois da dissolução conjugal, percebe-se o ajustamento no bem-estar subjetivo dos ex-parceiros. Vários âmbitos da vida apresentam níveis superiores de satisfação em relação aos percebidos antes da separação, como melhorias na qualidade da saúde física e psicológica, no trabalho, nas relações de amizade e amorosas e, sobretudo, na disponibilidade para a construção de uma nova aliança parental entre os ex-cônjuges.

Para Moraes e Granato (2016), as mães são responsáveis por mediar e modular a relação entre pai e filho antes ou após a separação. Elas poderão motivar um relacionamento afetivo mais profundo entre eles e incentivar o envolvimento paterno. A relação entre as crenças maternas sobre o papel do pai foi conceituada como *gatekeeping* materno, contemplando contextos

cultural e sócio-histórico, inter-relações cotidianas e valorização de resultados pessoais (Hauser, 2012).

A resolução dos conflitos conjugais pode beneficiar o exercício parental após a separação. Tendo em vista que a história da relação conjugal exerce influência na história da relação parental, quanto menor for o nível de conflito entre os pais, melhor será o exercício da parentalidade depois da separação, o que protege o desenvolvimento dos filhos (Juras & Costa, 2017; Oliveira & Crepaldi, 2018; Ponciano & Féres-Carneiro, 2017).

Em pesquisas sobre o processo de luto em separações amorosas, Coca, Salles e Granado (2017) analisaram mecanismos de defesa em sujeitos que passaram pelo término de um relacionamento conjugal. Os autores observaram ambivalência no investimento em novas relações. Embora os participantes dissessem buscar segurança e afeto no outro, sugerindo uma demanda de apoio e cuidado, eles apresentavam comportamento não recíproco, de forma que a necessidade de cuidado se mostrava mais intensa do que a disposição em o oferecer.

Com efeito, percebe-se como desejo inicial comum casar-se e ser feliz, ainda que isso não dure para sempre (Badinter, 2011). Contudo, a crescente taxa de divórcios sugere insatisfação e infelicidade nas uniões contemporâneas. Muitas pesquisas se debruçaram sobre essa temática e foram organizadas por Wagner, Falcke e Mosmann (2015) em três fases de estudos.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a primeira fase de estudos sobre relacionamentos conjugais versava sobre as motivações para o divórcio. Apesar de esse processo ser composto por múltiplos fatores, as autoras identificaram dois principais motivos para o fim dos casamentos: problemas na comunicação e níveis elevados de conflitos conjugais.

Na primeira década dos anos 2000, os interesses sobre esse tema direcionaram-se a investigar as variáveis dos dois fatores inicialmente estudados. Essa segunda fase de pesquisas buscou compreender em que medida essas variáveis repercutem na estabilidade, qualidade e comunicação conjugal. As autoras frisam que comunicação e conflito são um binômio indissociável e intrínseco à dinâmica conjugal. Dentre as grandes causas de conflitos entre parceiros estão os problemas na comunicação, reciprocidade dos conflitos e as questões financeiras (Wagner et al., 2015).

A partir de então, constitui-se a terceira fase de estudos, com caráter intervencionista e com o

objetivo de prevenir conflitos e problemas na comunicação conjugal e, assim, aumentar a qualidade das relações e reduzir os riscos de separação. Essa geração encontrou inspiração em programas de saúde pública com comprovação empírica oriundas dos governos australiano e estadunidense (Wagner et al., 2015).

Em pesquisa realizada com cidadãos europeus, Aspergis e Georgellis (2015) constataram que, ainda que as mulheres atravessassem maiores dificuldades afetivas e financeiras em comparação aos homens, são elas as mais felizes com o fim do casamento. Segundo os autores, eles perdem em torno de 25% do poder aquisitivo, ao passo que elas perdem até 50%, em média, depois do divórcio. Contudo, elas apresentam melhor readaptação ao novo estado civil.

Esse reajustamento feminino decorre, segundo Sluzki (1997), do fato de as mulheres terem facilidade em constituir vinculações mais duradouras, íntimas e variadas do que os homens. A cultura favorece um tipo de treinamento social que aprofunda e enriquece a rede social feminina, tornando-as menos vulneráveis aos impactos negativos da separação. Portanto, elas acabam construindo e utilizando uma rede social de apoio que as auxilia nessa adaptação.

O referido autor define rede social de apoio como o universo de relações significativas na vida de um indivíduo. Essa rede é constituída por um mapa mínimo que inclui a família, as amigas, relações de trabalho e escolares e relações comunitárias. Dentre as funções dessa rede estão os benefícios de apoio, regulação e companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos.

Sluzki (1997) postula que uma rede social ativa afeta a saúde das pessoas, destacando quatro níveis de relações interpessoais nos quais as vinculações ajudam a sustentar indivíduos em momentos de crise gerada por eventos inéditos. Eles se referem à família, aos amigos, à rede social de apoio extensa e ao monitoramento que ela exerce sobre a saúde do indivíduo, respectivamente.

O primeiro deles diz respeito à herança evolutiva da espécie humana. Nessa perspectiva, impera em todos nós uma característica de caráter atávico de redução de estresse quando uma figura familiar está presente. Na presença dos pais, crianças e adultos apresentam reação passível de medição tanto fisiológica quanto psicológica.

Depois de separadas, é comum o retorno de mulheres para a casa dos pais. É provável que haja

motivações econômicas em alguns casos, mas não se pode desconsiderar a redução de estresse ao reforçar a rede com a família de origem. Segundo a pesquisadora, é crescente a participação dos avós na criação dos netos, tanto financeiramente quanto nos cuidados. Eles se tornaram mais ativos no importante papel de transmissores das tradições da família, atuando na inserção dos descendentes na cadeia geracional e, portanto, em seu processo de subjetivação. Destaca-se que, por ser o cuidado uma função historicamente exercida por mulheres, são elas as maiores colaboradoras no desenvolvimento dos netos (Pereira, 2018).

Além dos avós, outro recurso utilizado pelas mães para exercerem sua atividade profissional é a manutenção de babás, de funcionários e de creches em período integral. Contudo, somente uma parcela dessas mulheres pode arcar com essas despesas mensais. Em estudo português, Ferreira (2018) identificou consequências vantajosas e desvantajosas em relação ao uso dessa rede cuidadora. Ela pode colaborar para a homeostase familiar, evitando sobrecargas e possíveis conflitos familiares. Em contrapartida, também pode oferecer modelos de crenças e de comportamentos muito distintos daqueles dos pais.

O segundo nível citado por Sluzki (1997) se refere à organização identitária derivada do olhar e das ações dos outros. Alguns papéis exercidos ao longo da vida constroem relações que dão sentido e estimulam a continuidade da existência. As funções de esposa deixam de existir por conta do rompimento conjugal, além de deixar de existir o papel da rede nesse nível existencial.

O terceiro e o quarto níveis versam sobre a retroalimentação entre a rede social e o monitoramento

da saúde, e sobre as repercussões positivas das redes sociais nas atividades pessoais cotidianas, respectivamente. Assim, quanto maior e mais complexa for a rede social após o divórcio, mais pessoas poderão observar comportamentos inadequados e maiores serão as chances de prevenção de sofrimento físico e psíquico do indivíduo. Diante do crescente índice de pedidos de separação conjugal femininos, objetivamos investigar repercussões da dissolução conjugal para as mulheres, na transição para a parentalidade, em sua perspectiva.

Método

Participantes

A fim de investigar a vivência feminina do processo de separação conjugal na transição para a parentalidade, conforme o objetivo da pesquisa mais ampla, 12 mulheres foram recrutadas por amostragem em bola de neve (Vinuto, 2014) e entrevistadas. Elas pertencem às camadas médias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, são heterossexuais, tinham coabitado com o pai do seu primeiro filho por ao menos dois anos, com idades entre 30 e 40 anos e que tinham se separado há, no mínimo, dois anos e, no máximo, cinco anos. O período de maior tensão conjugal varia da gravidez até o 24º mês do bebê, podendo gerar uma crise na conjugalidade (Curran, Hazen, Jacobvitz, & Sasaki, 2006). Assim, foi critério de inclusão das participantes que elas tenham se separado durante esse período. O Quadro 1 apresenta as características biográficas das participantes.

Quadro 1

Características biográficas das participantes.

Participantes	Idade	Tempo de separação (em relação ao momento da entrevista)	Idade do(a) filho(a) na separação	Trabalha	Tipo de guarda	Rede de cuidadores
Mulher 1	33 anos	4 anos e seis meses	1 ano e 6 meses	sim	unilateral	Avó, babá e empregada
Mulher 2	34 anos	4 anos	1 ano e 1 mês	sim	unilateral	Avó
Mulher 3	35 anos	5 anos	1 ano e 6 meses	sim	compartilhada	Avós
Mulher 4	37 anos	5 anos	1 ano	não	compartilhada	_____
Mulher 5	34 anos	4 anos	10 meses	sim	unilateral	_____

continua...

...continuação

Participantes	Idade	Tempo de separação (em relação ao momento da entrevista)	Idade do(a) filho(a) na separação	Trabalha	Tipo de guarda	Rede de cuidadores
Mulher 6	34 anos	5 anos e 6 meses	1 ano e 6 meses	sim	unilateral	Bisavós
Mulher 7	38 anos	3 anos	1 ano	não	unilateral	Avó
Mulher 8	40 anos	4 anos	2 anos	sim	compartilhada	Avós
Mulher 9	32 anos	5 anos	6 meses	sim	unilateral	_____
Mulher 10	30 anos	2 anos e 6 meses	1 mês	sim	compartilhada	Avó
Mulher 11	40 anos	2 anos	1 ano e 6 meses	sim	compartilhada	Avós
Mulher 12	34 anos	5 anos	2 anos	não	unilateral	Avó

Nota: todas as participantes relataram ter o nível de escolaridade relativo ao ensino superior completo e tiveram somente um filho.

Instrumentos e procedimentos

Foi utilizada uma ficha biográfica e realizada uma entrevista que teve como base um roteiro oculto semiestruturado, contemplando temas concernentes ao objetivo do estudo. Desse modo, a pesquisadora pôde seguir a direção dada pelos entrevistados sem ficar presa a uma sequência rígida de perguntas. Os eixos temáticos que compuseram o roteiro oculto foram os seguintes: breve história da relação amorosa, casamento, gravidez, rede de apoio, relação amorosa depois do filho, conflitos, motivações para a separação e transformações após a separação. As entrevistas tiveram duração média de 50 minutos, foram realizadas individualmente e gravadas e transcritas integralmente.

Cuidados éticos

O projeto que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde o estudo foi desenvolvido (Parecer 003D/2017). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizaram o uso dos resultados da investigação em ensino, pesquisa e publicação, preservadas suas identidades.

Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos ao método de análise de conteúdo, em sua vertente categorial, buscando investigar, a partir do material discursivo, as significações atribuídas pelas entrevistadas aos fenômenos (Bardin, 2016). Convém assinalar que a revisão da literatura acerca do tema, o levantamento dos eixos

temáticos e a leitura flutuante do conteúdo encontrado no material coletado, foram norteadores para o estabelecimento das categorias de análise. A fim de cumprir com os objetivos deste estudo, abordaremos as seguintes categorias de análise que emergiram das narrativas das participantes: *paternidade após a separação conjugal*, *adaptação ao novo arranjo familiar e imaginário social sobre a mãe separada*.

Resultados e discussão

Para apresentação dos resultados, as participantes foram nomeadas de 1 a 12 e foi indicada, em seguida, a idade de cada uma.

Paternidade após a separação conjugal

Atualmente, observamos o crescente envolvimento dos pais se engajando mais em questões afetivas no cotidiano dos filhos, antes relacionadas ao cuidado materno. No entanto, essas mudanças no cuidado paterno são mais lentas e menos exercidas do que sua divulgação nas mídias e nas publicações científicas (Moraes & Granato, 2016). Diante deste cenário, Oliveira e Crepaldi (2018) postulam a necessidade de se conhecerem as especificidades da relação pais e filhos após a separação, propiciando maior compreensão para a prática e a intervenção dos profissionais de saúde e da área jurídica que trabalham com famílias vivenciando a separação conjugal.

Nas narrativas a seguir, as participantes relataram a percepção sobre a paternidade depois da separação. Elas contaram que os ex-cônjuges, embora não tenham sido “bons maridos”, já exerciam as funções

parentais de maneira satisfatória, ressaltando ainda que eles assumiram melhor as responsabilidades paternas após a dissolução da conjugalidade.

Eu sabia que ele seria um pai presente, um bom pai, porque ele sempre foi uma pessoa muito boa. Ele não deixa faltar nada pra ela mesmo. É um paizão (Participante 1, 33 anos)

De uns dois anos pra cá ele vê a filha com mais frequência e assume mais as responsabilidades (Participante 5, 34 anos).

Hoje ele aprendeu a ser mais pai dela do que antes. Mas, hoje a gente se dá bem. . . . Acho que quando um casal se separa e tem um filho, eles devem ser amigos (Participante 8, 40 anos).

Acho que a separação fez ele ser mais responsável como pai e me fez poder ser menos responsável como mulher, podendo sair e curtir um pouco a vida também. Saímos do modelo convencional assim. Acho que a separação traz esse equilíbrio pros casais com filho hoje em dia (Participante 11, 40 anos).

Percebe-se nas falas a admiração e o respeito que as participantes nutrem pela relação entre o(a) filho(a) e o pai, além de reconhecerem o acréscimo de responsabilidades paternas depois da separação. Entendemos que o fim de uma relação conjugal insatisfatória pode ter influenciado a família para o amadurecimento individual e a relação parental, tal como postulado por Willi (1985). Nesse sentido, consideramos que as participantes perceberam que a transição para a paternidade pode ter ocorrido em descompasso com a transição para a maternidade, conforme ressaltam Moraes e Granato (2016).

Por outro lado, o fato de a mãe estar mais afastada, tendo em vista o contexto de separação conjugal, bem como sua forma de valorizar a relação entre pai e filho podem ter favorecido o processo de transição para a paternidade, na medida em que se abriu um espaço para que o pai pudesse exercer seu papel de maneira mais autônoma. Diferentemente do encontrado por Juras e Costa (2017) em famílias de baixa renda, nas quais foram percebidos conflitos, triangulações e confusão de papéis, as participantes conseguiram fazer uma separação entre questões relativas às dimensões da

conjugalidade e da parentalidade, apontando para a elaboração da frustração de uma relação amorosa idealizada, sem culparem exclusivamente os ex-parceiros por sua dissolução ou prejudicarem o exercício das funções paternas, corroborando, assim, os resultados encontrados por Santos (2013).

Constatamos nas narrativas das entrevistadas que elas exerceram uma intermediação positiva entre o ex-cônjuge e o filho. Essa atitude pareceu resguardar a relação entre pais e filhos por não colocarem barreiras entre o ex-marido e o filho, confirmando o que foi ressaltado por Ponciano e Féres-Carneiro (2017) quando postularam que a história conjugal influencia a história parental. Assim, as participantes não foram guiadas por sentimentos de ódio ou mágoa, mas valorizaram a importância da presença paterna, fortalecendo os laços da família parental e, sobretudo, protegendo o desenvolvimento dos filhos (Oliveira & Crepaldi, 2018).

Adaptação ao novo arranjo familiar

O tempo para a adaptação da família aos efeitos da separação é atravessado por transformações financeiras, pelos projetos pessoais e profissionais individuais e pela renegociação de funções parentais do ex-casal (Silva et al., 2019). Os efeitos da separação na família são complexos e multifatoriais; por um lado, podem causar nos ex-cônjuges sentimentos de desamparo, afastamento de amigos, descontinuidades; por outro lado, também podem encerrar conflitos e promover melhora na qualidade de vida e nas inter-relações (Pereira & Leitão, 2020).

As entrevistadas relataram que os ex-maridos fizeram tentativas de retorno conjugal. Nenhuma delas concordou com a reconciliação amorosa, destacando como principais motivos: a retomada da liberdade, a busca pela felicidade e o amadurecimento adquirido. Apesar disso, elas disseram ter conseguido estabelecer uma boa relação enquanto casal parental. Entretanto, também frisaram a dificuldade de investimento em novos relacionamentos amorosos.

No início ele pediu pra voltar, mas eu não quis e, então, foi definitivo. Ele me procurou pra gente conversar e se acertar, mas eu não quis. Quando a gente se separou eu senti o gosto da liberdade, aí não queria outra vida. Não precisava mais dar satisfação nem nada. Consigo trabalhar, malhar, cuidar dela, sair. Faço tudo. Não sou também a favor do divórcio, acho que as pessoas têm que tentar se se propuseram a formar uma família, né? Mas eu não

estava aguentando mais. . . Agora só quero trabalhar e cuidar dela (Participante 1, 33 anos).

Ele ficou me rondando, mas pra mim não tinha mais volta. . . . Ele pergunta se eu tô namorando, mas eu digo que não é da conta dele. Não quero ninguém. . . Só falo com ele sobre a nossa filha. Mas, a nossa relação é de paz, tranquila. . . . Eu acho que hoje em dia a mulher não precisa ficar acomodada numa situação ruim. Ela pode olhar e ver que ela não tá feliz e sair daquela situação. Não adianta ficar num ambiente infeliz. Não é bom pro casal nem pra criança (Participante 2, 34 anos).

Mas, ele não aceitou o fim desse relacionamento. . . . Quando eu me libertei dele, parece que eu voltei a ser aquilo que eu sempre fui, sabe? Eu voltei pra mim. . . . Hoje a gente tem aquela boa relação, uma relação amistosa que foi construída porque entendemos que seria muito ruim pra todo mundo. . . . Eu tive muitos relacionamentos casuais que não adentraram a minha vida familiar. Só apresento pra ele se for estável mesmo. . . . Toda separação é dolorosa. Era uma parte minha que tava morrendo, aquela menina imatura, que idealizava, que sonhava. Mas, é preciso crescer, ficar mais forte e atravessar isso. Acho que consegui (Participante 6, 34 anos).

Em relação ao fato de a maioria das entrevistadas terem relatado que os ex-maridos investiram na tentativa de retomada do casal conjugal, consideramos que esse comportamento esteja relacionado com a concepção de homens e mulheres acerca do casamento, conforme postulado por Féres-Carneiro (1998). De acordo com a percepção das mulheres, os homens parecem ter concebido o casamento como formação de família, buscando recuperar um ambiente seguro e estável, enquanto para elas, a relação amorosa não pôde ser resgatada, visto que as frustrações pareciam insuperáveis.

As falas denotaram um movimento de retorno à individualidade, após o fim da conjugalidade, e o resgate do prazer em atividades sociais que haviam sido reduzidas pelo casamento e pela maternidade. Em consonância com Silva et al. (2019), os resultados mostraram como aspectos positivos da separação conjugal, vivenciados pelas mulheres, o retorno à sensação de liberdade e o aumento da satisfação pessoal.

Considerando os valores individualistas contemporâneos nos quais estão presentes os ideais ilusórios de liberdade e igualdade, como enfatiza Badinter (2011), o casamento e a maternidade podem ter sido interpretados como limitações na vida das participantes. A relação conjugal na transição para a parentalidade pode ter evidenciado a imposição de graus de dependência inesperados pelos cônjuges, rompendo com a ilusão de uma realidade extremamente individualista, desconectada e completamente livre do outro. Dessa maneira, a separação parece ter recolocado as entrevistadas no caminho da busca pela felicidade enquanto realização de desejos individuais, como estimulam os ideais contemporâneos.

Dentre outros aspectos positivos, experimentados pelas entrevistadas após a separação, estão a maior maturidade para buscarem a própria felicidade e o aumento da autoestima e da satisfação no desempenho da maternidade. Assim como verificaram Aspergis e Georgellis (2015), as mulheres expuseram estar mais felizes com o fim do casamento do que durante ele. Percebemos a prevalência de valores individuais relativos aos benefícios por elas encontrados, visando à satisfação de desejos pessoais, resultado que vai ao encontro daqueles encontrados por Vieira et al. (2019) e Santos (2013).

Ainda sobre os ganhos decorrentes da separação, surgiu na fala das participantes o reconhecimento de uma relação conjugal insatisfatória na qual permaneceram por algum tempo infelizes. Elas perceberam a idealização da escolha amorosa e apontaram para novas concepções de relacionamento a dois. Ao se transformarem de filhas em mães, as mulheres parecem ter abandonado o conto de fadas e ter realizado o processo de luto saudável, como indica Santos (2013).

Contudo, pensando nos excessos do autocuidado, em atitudes que ultrapassam a individualidade e tendem ao individualismo, percebemos dificuldade em estabelecer novo laço conjugal. Apesar da satisfação com a vida autônoma, que sugere um processo de luto bem elaborado, aparece também na fala das participantes insatisfação com sentimentos de solidão e com a instabilidade das relações amorosas, características também enfatizadas por Chaves (2016). Assim como descrevem Coca et al. (2017), elas podem estar ainda experimentando um estado de conflito interno entre dependência e autonomia conjugal, na medida em que não estão disponíveis para oferecer

cuidado a uma nova relação, mas apontaram para a demanda amorosa de apoio e cuidado.

Imaginário social sobre a mãe separada

Valores tradicionais e contemporâneos de casamento e de família estão presentes nas concepções de mulher e de maternidade. O imaginário social é transformado e transforma a fantasia de sermos felizes para sempre, impondo-nos a negociação de tarefas práticas e dificuldades na vida a dois e a três (Santos, 2013).

As narrativas apresentadas a seguir descrevem dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas após a separação. Elas relataram perceber a resistência na forma de preconceito e machismo por parte dos homens, das mulheres e da própria família.

A relação que os homens estabelecem com mulheres que têm filho é muito pragmática, é mais fácil dar uma trepada sem compromisso. Eles acham que é uma puta, porque nem o pai do seu filho te quis. Ainda tem um imaginário social em torno disso (Participante 6, 34 anos).

Mas o machismo é muito forte. Quando eu fiz essa guarda, eu ouvi de mulheres que era um absurdo eu, como mãe, deixar o pai ficar com a minha filha a mesma proporção de tempo que eu ficava. Você vê como as mulheres são machistas e como isso é pior do que o machismo dos homens. O pai deve ser tão pai quanto uma mãe é mãe. Colocam na mãe uma carga maior por conta da gestação, da biologia, da coisa do sentimento, que é mais aguçado na mulher, eu entendo tudo isso. Mas a responsabilidade deve ser equilibrada. É uma visão muito ultrapassada hoje em dia, achar que o filho é da mãe (Participante 8, 40 anos).

O problema são as mulheres machistas, que não compactuam dessa nova forma de família, parece que tem um ressentimento, uma inveja muito grande de você poder viver com mais liberdade do que elas viveram. A minha mãe e as amigas falam cada coisa. Enaltecem o pai como se ele fosse melhor que eu, mas ele só faz a mesma coisa que eu. Ele não tá fazendo nada demais. A mulher não pode sair, não pode beber, que saco! Essa culpa eu não tenho. . . . Você pode estar infeliz, mas tem que

ficar ali porque o virtuoso é servir ao marido e ao filho? (Participante 11, 40 anos).

Ao citarem as “mulheres machistas” e o fato de “os homens acharem que a mulher separada com filho é uma puta”, percebemos a força do imaginário social tradicional em torno do exercício da maternidade após a separação. Para as participantes houve machismo, apego a modelos conservadores de família e resistência a novas formas de ser família. Embora estudos mais recentes (Schneebeli & Menandro, 2015) indiquem a modalidade de guarda compartilhada como a mais eficiente para a manutenção do bem-estar emocional da prole em famílias separadas, as entrevistadas disseram que mesmo a própria mãe e outras mulheres de seu convívio acharam inadequado a criança receber o mesmo tempo de cuidados parentais entre pai e mãe, explicitando que a primazia da maternidade está presente no imaginário social. É importante considerar, portanto, que a guarda compartilhada concebe um regime em que as decisões sobre a vida dos filhos serão realizadas de maneira compartilhada, mas o tempo que a criança passará com cada um deles pode ser igual ou não.

Nas falas das entrevistadas aparece um incômodo diante do julgamento que envolve o exercício da maternidade e da sexualidade, principalmente por parte de outras mulheres. Podemos pensar que as conquistas femininas relacionadas ao trabalho, à independência financeira e à liberdade sexual se choquem com concepções conservadoras acerca da maternidade (Badinter, 2011). Nesse sentido, podemos também questionar em que medida essas mulheres encontram em si mesmas a coexistência de valores tradicionais e valores contemporâneos de conjugalidade e parentalidade. Assim, modelos internos e paradoxais de família podem ainda ser uma barreira para um novo envolvimento amoroso.

Apesar de grande parte das entrevistadas contarem com a colaboração de suas mães, a maioria também separadas, retornando para a casa delas, foram relatadas algumas situações de conflito entre as gerações de mulheres. Esses relatos confirmam os resultados encontrados por Castro (2016), que, estudando conflitos em famílias monoparentais, verificou que a díade mãe-filha apresenta situações conflituosas mais frequentes e maior nível de estresse, em relação às pai-filha, pai-filho e mãe-filha.

Três ou mais gerações voltaram a viver sob o mesmo teto e os avós ampliaram os cuidados, as responsabilidades, a transmissão de valores e tradições, modificando a dinâmica familiar. Podemos considerar muitas variáveis para esse retorno, visto que a convivência entre gerações tem sido alvo de estudos na medida em que as famílias têm se transformado, a população envelhecida e crises econômicas se tornando mais frequentes (Pereira, 2018).

Amparadas por suas mães, as entrevistadas falaram do desejo de serem felizes para que as filhas também pudessem ser. Tendo tempo para realizar vontades cotidianas e fazer projeções futuras, não parece bem delimitado o que seria a felicidade para uma e para outra. Os resultados corroboram os achados de Vieira et al. (2019), que identificam que a busca por interesses próprios também figurou dentre as principais motivações para a separação, o que diz mais respeito à satisfação individual do que às repercussões na família e nos filhos. Percebemos que a compreensão sobre felicidade parece envolver sobretudo os aspectos individualistas, ou mesmo egoístas, por parte das entrevistadas. Talvez ainda não tenham percorrido um caminho próprio de autoconhecimento a fim de perceberem o caráter coletivo implícito no sentimento de felicidade.

Além do caráter psicológico da reaproximação com os avós, existiu a colaboração efetiva em seus cuidados com os netos. Como identificou Pereira (2018), pode ter havido tanto apoio financeiro quanto prático, na participação dos avós nas ocupações com os netos. No entanto, percebe-se uma prevalência da avó materna nesse tipo de atividade. Avós, babás e creches constituem a maior parcela dessa rede que, por um lado, substitui os pais e mantém o equilíbrio e a dinâmica da família e, por outro, pode manifestar valores e orientações diferentes dos deles (Ferreira, 2018).

Considerações finais

Diante do exposto, podemos pensar nos resultados encontrados em retrospectiva e focar o interjogo desenvolvido entre as dimensões da conjugalidade e da parentalidade. As entrevistadas pontuaram satisfação no exercício da maternidade e admiração pelo exercício da paternidade do ex-marido, conseguindo separar as questões relativas à conjugalidade daquelas relativas à parentalidade. O fim da conjugalidade insatisfatória, ocorrido de maneira predominantemente pacífica em relação aos sentimentos de ódio ou vingança, conduziu ao bom funcionamento

do casal parental após a separação, caracterizado por sentimentos de admiração e de respeito.

Apesar do sofrimento envolvido no processo de luto pela separação, percebemos um balanço positivo para elas. O rompimento conjugal possibilitou o retorno das mulheres à busca pela realização de objetivos individuais, enfatizando que a felicidade dos filhos depende de sua própria felicidade. Elas relataram os ganhos subjetivos pelo fato de terem se deslocado de um estado de infelicidade para a retomada do caminho de seus desejos. Contudo, podemos refletir sobre a possibilidade de a percepção materna sobre a felicidade do filho estar relacionada a um processo de negação da mãe em reconhecer efeitos da separação na forma de tristeza ou de frustração na prole.

As dificuldades encontradas pelas participantes envolveram desilusão e abandono de um modelo de família idealizado. Imersas em um panorama em que ser feliz é o imperativo social vigente, a negação da falta, o reconhecimento dos limites próprios e daqueles do outro, o contato com a dor e com o sofrimento podem ter permanecido latentes.

O desafio em se aprofundarem em um novo relacionamento amoroso pode ser um comportamento evitativo de novas frustrações e decepções conjugais. As marcas de uma separação podem ter sido compreendidas na forma de fracasso ou incapacidade de construção de um laço saudável a dois, o que pode repercutir nas próximas relações amorosas, caracterizadas por sentimentos de solidão e instabilidade. Por outro lado, observamos que os efeitos da separação parecem não ter causado muitos danos às relações entre os ex-cônjuges e entre pais e filhos. As convenções sociais conservadoras, os preconceitos e as manifestações de machismo parecem também ter influenciado negativamente na vida das entrevistadas no período pós-separação, além de poderem ter contribuído para resistências delas mesmas a estabelecerem novas relações amorosas.

Este trabalho se limitou a investigar as repercussões da separação conjugal sobre as mulheres, ao longo da transição para a parentalidade. Como limitação do estudo, apontamos a restrição da amostragem, o que dissipa qualquer intuito de generalizar os resultados encontrados. Futuros estudos poderiam investigar a percepção dos homens e dos filhos nestas mesmas circunstâncias. Entrevistar os pais ampliaria a percepção sobre como eles são afetados com a dissolução conjugal e a manutenção do casal parental e

da família separada. Seria importante também desenvolver investigações sobre a transformação na concepção de casamento e parentalidade para mulheres e homens, assim como verificar os demais prejuízos

e benefícios percebidos pelos ex-cônjuges após a dissolução do laço conjugal. Além disso, seria necessário desenvolver novas pesquisas sobre os efeitos da separação em diferentes contextos sociais brasileiros.

Referências

- Aspergis, N., & Georgellis, Y. (2015). Does happiness converge? *Journal of happiness studies*, 16, 67-76. <https://doi.org/10.1007/s10902-013-9495-y>
- Badinter, E. (2011). *O conflito: A mulher e a mãe*. Record.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo: Edição revista e ampliada*. Edições 70.
- Castro, M. G. (2016). Família, modos de usar e abusar. Maternidade e deslocamentos ou ensaiando indisciplinas. In S. Messeder, M. G. Castro & L. Moutinho (Orgs.), *Enlaçando sexualidades: Uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* (pp. 41-65). Edufba. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0003>
- Chaves, J. C. (2016). Práticas afetivo-sexuais juvenis: Entre a superficialidade e o aprofundamento amoroso. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 320-330. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p320>
- Coca, O. S., Salles, R. J., & Granado, L. C. (2017). Uma compreensão psicanalítica acerca do processo de luto na separação amorosa. *Psicologia em Estudo*, 22. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i1.33428>
- Curran, M., Hazen, N. Jacobvitz, D., & Sasaki, T. (2006). How representation of the parental marriage predict marital emotional attunement during the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology*, 20(3), 477-484. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.3.477>
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>
- Ferreira, T. R. F. (2018). *Influência das famílias de origem na separação conjugal* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/116836/2/298944.pdf>
- Hauser, O. (2012). Pushing daddy away? A qualitative study of maternal gatekeeping. *Qualitative Sociology Review*, 8(1), 34-59.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Estatísticas do registro civil*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2014_v41.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatísticas do registro civil*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7135>
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2017). Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(n. spe.), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne215>
- Martínez, V. C. V., & Matioli, A. S. (2012). Enfim sós: Um estudo psicanalítico do divórcio. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 205-242. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482012000100008&lng=pt&tlng=pt
- Moraes, A. C. J., & Granato, T. M. M. (2016). Tornando-se pai: Uma revisão integrativa da literatura sobre a transição para a parentalidade. *Psicologia em Estudo*, 21(4), 557-567. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v21i4.29871>
- Oliveira, J. L. A. P., & Crepaldi, M. A. (2018). Relação entre o pai e os filhos após o divórcio: Revisão integrativa da literatura. *Actualidades en Psicología*, 32(124), 92-110. <https://doi.org/10.15517/ap.v32i124.29021>
- Pereira, V. B. (2018). *Solidão e reinvenção: A experiência da maternidade após a separação conjugal* [Dissertação Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório Institucional da Ufal. <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3158>
- Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. (2020). Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1).
- Ponciano, E. L. T., & Féres-Carneiro, T. (2017). Conjugalidade, parentalidade e separação: Repercussões no relacionamento pais e filhos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 22, 277-287. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i2.32808>

- Santos, S. M. (2013). *Os efeitos no divórcio na família com filhos pequenos*. Psicologia: O Portal dos Psicólogos. <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0342.pdf>
- Schneebeli, F. C. F., & Menandro, M. C. S. (2015). Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 175-184. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100019>
- Silva, L. L. da, Chapadeiro, C. A., & Assumpção, M. C. (2019). O exercício da parentalidade após a dissolução conjugal. *Pensando Famílias*, 23(1), 105-120.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. Casa do Psicólogo.
- Vieira, L., Neumann, A. P., & Zordan, E. P. (2019). O divórcio e o recasamento dos pais na percepção dos filhos adolescentes. *Pensando Famílias*, 23(1), 121-136.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem de bola de neve em pesquisa qualitativa: Um debate aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>
- Wagner, A., Falcke, D., & Mosmann, C. P. (2015). Viver a dois: Uma proposta de intervenção psicoeducativa na conjugalidade. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Parentalidade e filiação em diferentes contextos* (pp. 149-163). Editora Prospectiva.
- Willi, J. (1985). *La pareja humana: Relacion y conflicto*. Morata.
- Zornig, S.M.A.J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: O processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, 42(2), 453-470. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382010000200010&script=sci_abstract

Mariana Reis Barcellos

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

E-mail: mari_rbarcellos@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9916-6702>

Cristina Ribeiro Dantas

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

E-mail: c.r.dantas@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0758-2093>

Terezinha Féres-Carneiro

Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

E-mail: teferca@puc-rio.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0564-7810>

Endereço para envio de correspondência:

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea. CEP: 22451-900.

Rio de Janeiro – RJ. Brasil.

Recebido 05/02/2020

Aceito 25/05/2021

Received 02/05/2020

Approved 05/25/2021

Recibido 05/02/2020

Aceptado 25/05/2021

Como citar: Barcellos, M. R., Dantas, C. R., & Féres-Carneiro, T. (2022). Fim da conjugalidade na transição para a parentalidade: Adaptação feminina ao novo arranjo familiar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-13.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003233736>

How to cite: Barcellos, M. R., Dantas, C. R., & Féres-Carneiro, T. (2022). End of conjugality in the transition to parenthood: Female adaptation to the new family arrangement. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-13.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003233736>

Cómo citar: Barcellos, M. R., Dantas, C. R., & Féres-Carneiro, T. (2022). Fin de la conyugalidad en la transición a la paternidad: Adaptación femenina al nuevo arreglo familiar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-13.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003233736>